

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	6 e 7
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores da

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.

Viamão/RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da **FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias companhias.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 24 de fevereiro de 2023.



Carlos Alberto Santos
Contador – CRCRS nº 69.366
Taticca Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.
Balancos Patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.055.716	4.340.149
Contas a receber clientes	5	8.056	803.139
Adiantamentos	6	444.718	39.519
Estoques	7	722.268	1.917.105
Créditos tributários	8	103.853	1.006.321
Outros ativos circulantes	9	448.070	2.188.219
Total do circulante		36.782.681	10.294.452
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	8	889.175	1.930.029
Depósitos judiciais	10	4.422.537	1.202.796
Outros ativos não circulantes	11	181.211	14.162.330
		5.492.923	17.295.155
Investimento		50	50
Imobilizado	12	35.064.171	38.400.380
Intangível		1.618	3.896
Imobilizado de direito de uso	14(a)	2.045.202	1.695.515
Total do não circulante		42.603.964	57.394.996
Total do ativo		79.386.645	67.689.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		28.514	976.855
Salários a pagar		297.644	221.648
Impostos e contribuições a pagar		313.557	260.118
Irpj e csl a pagar		4.158.902	-
Instituições financeiras	13	2.485.417	2.466.426
Outros passivos circulantes	15	837.252	2.249.071
Dividendos propostos	16	760.595	-
Arrendamento mercantil a pagar	14(b)	145.293	60.609
Total do circulante		9.027.174	6.234.727
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Instituições financeiras	13	19.676.218	21.992.297
Outros passivos não circulantes	15	785.491	-
Arrendamento mercantil a pagar	14(b)	1.899.909	1.739.756
Total do não circulante		22.361.618	23.732.053
Patrimônio líquido			
Capital social	16	45.555.945	45.555.945
Reserva de lucros	16	2.441.908	-
Prejuízos acumulados	16	-	(7.833.277)
Total do patrimônio líquido		47.997.853	37.722.668
Total do passivo e do patrimônio líquido		79.386.645	67.689.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.
Demonstrações do resultado
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida de vendas	17	1.393.391	7.742.650
Custo dos produtos vendidos		(9.733.906)	(6.613.431)
Resultado bruto		(8.340.515)	1.129.219
Despesas administrativas		(4.601.488)	(366.111)
Outras receitas operacionais	18	28.874.036	-
Resultado antes do resultado financeiro		15.932.033	763.108
Receitas financeiras		2.589.403	448.776
Despesas financeiras		(2.181.657)	(2.021.968)
Resultado financeiro		407.746	(1.573.192)
Resultado antes dos impostos		16.339.779	(810.084)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(4.263.146)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(1.040.853)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		11.035.780	(810.084)
Lucro líquido(prejuízo) por ação R\$		0,2422	(0,0178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a destinar		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.555.945	-		(7.023.193)	38.532.752
Prejuízo do exercício	-	-		(810.084)	(810.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.555.945	-		(7.833.277)	37.722.668
Lucro líquido do exercício	-	-		11.035.780	11.035.780
Constituição de reservas	-	160.125	2.281.783	(2.441.908)	-
Dividendos propostos	-	-		(760.595)	(760.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.555.945	160.125	2.281.783	-	47.997.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	16.339.779	(810.084)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	3.548.010	3.578.638
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	2.073.529	1.807.986
Impostos diferidos	(1.040.853)	-
Imposto de renda e contribuição social	(4.263.146)	-
	<u>16.657.319</u>	<u>4.576.540</u>
Variações de ativos e passivos	<u>18.988.075</u>	<u>30.128</u>
(Aumento) redução em contas a receber	795.083	(77.453)
(Aumento) redução em estoques	1.194.837	(195.041)
(Aumento) redução em créditos tributários	1.943.322	(327.821)
(Aumento) redução em outros ativos	12.096.328	(42.484)
Aumento (redução) em fornecedores	(948.341)	881.031
Aumento (redução) em impostos a pagar	4.212.341	(144.593)
Aumento (redução) em outros passivos	(550.332)	(2.900)
Aumento (redução) em obrigações de direito de uso	244.837	(60.611)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>35.645.394</u>	<u>4.606.668</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível	(190.967)	(188.317)
Baixa de imobilizado	54.995	-
Adições de ativos imobilizados (direito de uso)	(423.238)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(559.210)</u>	<u>(188.317)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.370.617)	(4.265.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(4.370.617)</u>	<u>(4.265.824)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>30.715.567</u></u>	<u><u>152.527</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.340.149	4.187.622
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.055.716	4.340.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EOLICA S/A (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, como objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora, na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia é controlada pela ENERPLAN PONTAL PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS S.A.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira, bem como nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as orientações do CPC, requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2023.

a. Moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) Seleção da vida econômica do ativo imobilizado;
- (ii) Estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa;
- (iii) Provisões necessárias para passivos cíveis, trabalhistas e tributários;
- (iv) Determinações de provisões para imposto de renda;
- (v) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros;
- (vi) Provisões para ressarcimento de energia não entregue.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo, as quais se aplicam de modo consistente a todos os exercícios apresentados:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e saldos em contas garantidas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis

compreendem Contas a receber de clientes, demais contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa.

ii. Passivos financeiros

São liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

c. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificadas no ativo circulante. No entanto, para fins de melhor adequação contábil, foram trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para perda esperada, pela provisão de encargos de cartão de crédito e pelos descontos financeiros. São normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustada, se necessário, pela provisão para perdas.

d. Estoques

Estão demonstrados ao valor de custo médio de aquisição as partes e peças destinadas a manutenção do parque eólico e estas são realizadas no resultado pela sua utilização.

e. Imobilizado

São avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear com a utilização de taxas previstas em laudos técnicos ou vida estimada estipulada pelos fornecedores.

f. Intangível

São representados por marcas e patentes, direitos de uso de softwares e softwares desenvolvidos internamente. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica.

g. Arrendamentos (CPC 06)

A Companhia revisou os seus contratos de arrendamento mercantil, e registrou em contas de ativo e passivo em 01 de janeiro de 2019. O ativo de direito de uso de arrendamento é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de obrigações de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento conforme prazo dos contratos.

h. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”

A Administração da Companhia revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (“*impairment*”), em contrapartida do resultado.

i. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente lançadas pelo valor de aquisição.

j. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

k. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis (trânsito em julgado), sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a existência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação.

1. Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual faturada e não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados, baseados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio do contrato, amortizados em 12 vezes, conforme previsto nos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado da Companhia.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos sobre os valores resultantes do ajuste de avaliação patrimonial e sobre os prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores.

n. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

o. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

O reconhecimento das receitas estimadas é realizado com base nos relatórios emitidos pela CCEE e estão em conformidade com o CPC 47/IFRS 15.

p. Receita financeira

É reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

q. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos no exercício estão registradas no ativo circulante e as com prazos superiores no ativo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2.553	555
Bancos	35.053.163	4.339.594
	<u>35.055.716</u>	<u>4.340.149</u>

5. Contas a receber de clientes

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes Mercado Interno	8.056	-
Energia elétrica disponibilizada a faturar	-	803.139
	<u>8.056</u>	<u>803.139</u>

6. Adiantamentos

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a fornecedores diversos	444.718	26.830
Adiantamentos a fornecedores de ativo imobilizado	-	12.689
	<u>444.718</u>	<u>39.519</u>

7. Estoques

Os Estoques em 2022 (R\$ 722.268) e em 2021 (R\$ 1.917.105) refere-se a partes e peças destinadas a manutenção do parque eólico.

8. Créditos tributários

O saldo do grupo está composto por:

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a compensar	-	164.108	-	-
COFINS a compensar	-	748.634	-	-
IRPJ/CSLL a compensar	103.853	93.579	-	-
Impostos diferidos - IRPJ	-	-	645.384	1.410.718
Impostos diferidos - CSLL	-	-	243.791	519.311
	<u>103.853</u>	<u>1.006.321</u>	<u>889.175</u>	<u>1.930.029</u>

9. Outros ativos circulantes

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas compartilhadas	316.074	205.084
Provisão de ressarcimento de seguros	-	1.888.052
Outros créditos	131.996	95.083
	<u>448.070</u>	<u>2.188.219</u>

Os Créditos de Despesas Compartilhadas em 2022 referem-se aos créditos junto as companhias Enerplan Energia Eólica III S/A R\$ 175.597 (R\$ 113.935 em 2021) e na Enerplan Energia Eólica IV R\$ 140.477 (R\$ 91.149 em 2021) relativo ao compartilhamento de despesas da Linha de Transmissão.

10. Depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósito judicial do irpj a recolher	2.340.615	-
Depósito judicial da csll a recolher	879.126	-
Outros depósitos judiciais	1.202.796	1.202.796
	<u>4.422.537</u>	<u>1.202.796</u>

11. Outros ativos não circulantes

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos dos contratos de distribuição	181.211	14.162.330
	<u>181.211</u>	<u>14.162.330</u>

12. Imobilizado

O saldo do grupo está composto por:

	<u>Taxas</u>	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Liquido em 31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prédios	4%	187.410	(56.210)	131.200	138.696
Máquinas e equipamentos	5% a 20%	46.521.869	(21.223.749)	25.298.120	28.077.994
Móveis e utensílios	10%	199.361	(92.401)	106.960	94.959
Veículos	20%	340.028	(167.413)	172.615	175.538
Instalações	10%	314.686	(205.463)	109.223	140.690
Benfeitorias	10%	13.159.327	(3.913.274)	9.246.053	9.772.503
		<u>60.722.681</u>	<u>(25.658.510)</u>	<u>35.064.171</u>	<u>38.400.380</u>

A movimentação do ativo imobilizado da companhia foi a seguinte:

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Aquisições Período</u>	<u>Depreciação Período</u>	<u>Baixas Imobilizado</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Prédios	187.410	-	-	-	187.410
Máquinas e equipamentos	46.464.064	57.805	-	-	46.521.869
Móveis e utensílios	169.147	30.214	-	-	199.361
Veículos	316.870	102.948	-	(79.790)	340.028
Instalações	314.686	-	-	-	314.686
Benfeitorias	13.159.327	-	-	-	13.159.327
(-) Depreciação de máquinas e equipamentos	(18.386.070)	-	(2.837.679)	-	(21.223.749)
(-) Depreciação prédios	(48.714)	-	(7.496)	-	(56.210)
(-) Depreciação de móveis e utensílios	(74.188)	-	(18.213)	-	(92.401)
(-) Depreciação de veículos	(141.332)	-	(50.876)	24.795	(167.413)
(-) Depreciação de instalações	(173.996)	-	(31.467)	-	(205.463)
(-) Depreciação de benfeitorias	(3.386.824)	-	(526.450)	-	(3.913.274)
	<u>38.400.380</u>	<u>190.967</u>	<u>(3.472.181)</u>	<u>(54.995)</u>	<u>35.064.171</u>

13. Instituições financeiras

O saldo do grupo está composto por:

	Encargos	Vcto Final	Circulante		Não circulante	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco Badesul	2,40% aa + TJLP	nov/31	2.485.417	2.466.426	19.676.218	21.992.297
			2.485.417	2.466.426	19.676.218	21.992.297

14. Arrendamento Mercantil

a) Imobilizado de direito de uso:

	Taxas	31/12/2022			Imobilizado líquido em	
		VOC	DA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Direito de uso de arrendamento	8,45%	2.457.856	(412.654)	2.045.202		1.695.515
		2.457.856	(412.654)	2.045.202		1.695.515

b) Obrigações de contratos de direito de uso:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações do direito de uso	245.240	201.035	3.188.118	2.814.488
Encargos do direito de uso	(99.947)	(140.426)	(1.288.209)	(1.074.732)
	145.293	60.609	1.899.909	1.739.756

15. Outros passivos circulantes e não circulantes

Os saldos dos grupos estão compostos por:

Circulante		31/12/2022	31/12/2021
Débito do contrato de energia disponibilizado		836.666	2.249.071
Outros		586	-
		837.252	2.249.071
Não circulante		31/12/2022	31/12/2021
Débito do contrato de energia disponibilizado		785.491	-
		785.491	-

16. Patrimônio líquido

i. Capital Social

O capital social em 2022 e 2021 é de R\$ 45.555.945 totalmente integralizado dividido em 45.555.945 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

ii. Reserva legal (reserva de lucros)

A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado do exercício após a absorção dos prejuízos acumulados. no valor de R\$ 160.125.

iii. Reserva de lucros a destinar (reserva de lucros) e dividendos propostos

O estatuto da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% e o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral que deliberará sobre a sua destinação, como reserva de lucros a destinar no valor de R\$ 2.281.783.

Demonstramos a seguir a apuração do cálculo dos dividendos propostos:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	11.035.780
Absorção dos prejuízos acumulados	(7.833.277)
Reserva legal (5%)	160.125
Lucro a disposição da AGO	3.042.378
Dividendos mínimos propostos 25%	760.595
Reserva de lucros a destinar	2.281.783

17. Receitas

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de fornecimento de energia	1.535.523	8.532.305
(=) Receita operacional bruta	1.535.523	8.532.305
(-) Impostos sobre vendas	(142.132)	(789.655)
(=) Receita operacional líquida	1.393.391	7.742.650

18. Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2022</u>
Recuperação por processo judicial de custo da energia disponibilizada	25.532.223
Sinistros recebidos	3.235.993
Outras receitas	105.820
	<u><u>28.874.036</u></u>

O valor de R\$ 25.532.223 representa os valores dos recursos recebidos da ação judicial transitada em julgado sobre a recuperação de custos da energia disponibilizada, referente ao período de outubro/2013 a abril/2015.

19. Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas. Os valores contábeis dos atos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

20. Cobertura de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros em montante julgado pela administração suficiente para fazer face às eventuais perdas com sinistros.

21. Eventos subsequentes

Conforme atas de Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 23 de novembro de 2022 e 3 de fevereiro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A), por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social, passando de R\$ 45.555.945 para R\$ 19.555.945 mediante a restituição ao único acionista de R\$

FORÇA DOS VENTOS ENERGIA EÓLICA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Valores expressos em reais



26.000.000 em moeda corrente nacional, referente a parte do valor das ações, sem redução da quantidade de ações. Para os efeitos do artigo 174 da Lei das S.A., o arquivamento destas atas de assembleia geral que concretizará a redução de capital social aprovada dar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação destes atos, com conseqüente registro contábil.
